A consciência da alma após a morte

Refutação Calvinista da doutrina do sono da alma

https://doi.org/10.5281/zenodo.18530573

Rev. Fabiano Queiroz[1]

O Púlpito, Curitiba, Brasil.

ABSTRACT

This article examines John Calvin's refutation of the doctrine of soul sleep in *Psychopannychia*, situating it within the polemical context of the sixteenth-century Reformation. It contends that the denial of post-mortem consciousness constitutes a fundamental distortion of biblical anthropology, with decisive implications for Christology, eschatology, and the integrity of Christian hope. Through close theological and exegetical engagement with the biblical texts Calvin invokes, it argues that the soul's conscious subsistence in the intermediate state is indispensable to the coherence of the Christian faith and to the pastoral consolation of the Gospel, and thus remains theologically and pastorally pertinent in contemporary contexts marked by reductive accounts of death.

Key words: Intermediate state; Soul sleep; Consciousness of the soul; John Calvin; Christian hope.

---

[1] Rev. Fabiano Queiroz é pastor presbiteriano, teólogo e expositor bíblico. Possui formação em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul e pós-graduação em Interpretação Bíblica pela Faculdade Batista do Paraná. Atua como pesquisador em pregação expositiva, com ênfase no método histórico-gramatical e na teologia bíblica. É autor de uma coleção expositiva que abrange os 66 livros da Bíblia e curador do portal www.opulpito.com.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0009-7577-0521.

Introdução

A questão do estado da alma após a morte sempre ocupou lugar central na reflexão teológica cristã. Desde os primeiros séculos, a Igreja confessou a ressurreição do corpo e a continuidade da existência humana para além da morte física, ainda que divergências tenham surgido quanto à natureza e às condições dessa existência no intervalo entre a morte e a ressurreição final. É nesse contexto que se insere o debate em torno da chamada doutrina do “sono da alma”, segundo a qual a alma humana permaneceria inconsciente após a morte do corpo, aguardando a ressurreição em estado de completa inatividade.

Embora historicamente marginal, essa doutrina reapareceu com força em determinados momentos da história da Igreja, especialmente no contexto da Reforma do século XVI, quando alguns grupos passaram a defendê-la como alternativa às concepções medievais do estado intermediário. Foi nesse cenário que João Calvino escreveu o tratado Psychopannychia, no qual se propôs a refutar de modo sistemático a doutrina do sono da alma, não apenas por considerá-la exegeticamente insustentável, mas por julgá-la teologicamente nociva e pastoralmente perigosa (SOUZA, 2026a).

Este artigo sustenta que, para Calvino, a doutrina do sono da alma não constitui um erro secundário ou periférico da teologia cristã. Antes, trata-se de

uma distorção profunda da antropologia bíblica que compromete a compreensão bíblica do estado intermediário e mina a esperança cristã diante da mort. Defende-se, de modo específico, que a consciência da alma no estado intermediário é, no pensamento Calvinista, uma doutrina necessária à coerência da fé cristã e à preservação da esperança escatológica do crente. Ao negar a consciência da alma após a morte do corpo, tal doutrina rompe a unidade entre Cristologia, antropologia e escatologia, produzindo não apenas confusão doutrinária, mas também enfraquecimento do consolo oferecido pelo Evangelho em face do último inimigo, a morte (SOUZA, 2026c).

Para demonstrar essa tese, o artigo analisa a argumentação central de Calvino na Psychopannychia, com especial atenção à sua leitura das Escrituras e à forma como ele articula a distinção entre alma e corpo, a sobrevivência da alma após a morte e a consciência do fiel no estado intermediário. O método empregado consiste em uma análise teológica e exegética do texto de João Calvino, à luz das passagens bíblicas mobilizadas pelo próprio reformador, privilegiando o núcleo doutrinário de sua argumentação. O foco não recai sobre uma reconstrução histórica exaustiva do debate, nem sobre um levantamento patrístico amplo, mas sobre a coerência interna do pensamento de Calvino e suas implicações teológicas diretas.

Ao revisitar a refutação Calvinista do sono da alma, este estudo pretende contribuir para a reflexão teológica contemporâ-

nea, especialmente no contexto brasileiro, onde tal doutrina continua a encontrar ressonância em diferentes tradições cristãs. Mais do que um exercício apologético, trata-se de recuperar uma compreensão bíblica e reformada do estado intermediário que preserve a integridade da fé cristã e reafirme a superioridade da comunhão imediata com Cristo após a morte, como elemento essencial da esperança cristã (SOUZA, 2026a).

O estado intermediário e o problema do sono da alma

A discussão acerca do estado da alma após a morte insere-se no âmbito daquilo que a teologia cristã convencionou chamar de estado intermediário, isto é, o período compreendido entre a morte física e a ressurreição final. Embora a expressão não seja bíblica, ela designa adequadamente uma realidade amplamente pressuposta pelas Escrituras: a continuidade da existência humana para além da morte, antes da consumação escatológica. A controvérsia, portanto, não diz respeito à existência desse estado, mas à sua natureza (SOUZA, 2026a).

De modo geral, a tradição cristã sempre afirmou que a morte não representa o fim da existência pessoal, mas uma transição para uma condição distinta de vida, ainda incompleta em relação à ressurreição do corpo. As divergências surgem quando se pergunta em que condições a alma humana subsiste nesse intervalo. É precisamente nesse ponto que se insere a doutrina

do sono da alma, segundo a qual a alma, após separar-se do corpo, permaneceria inconsciente ou "dormente" até o dia da ressurreição (SOUZA, 2026d).

Tal concepção não nega explicitamente a ressurreição futura nem o juízo final, mas redefine radicalmente o significado da morte e da esperança cristã. Ao postular um estado de inconsciência da alma, a doutrina do sono da alma introduz uma suspensão da experiência pessoal após a morte, transformando o estado intermediário em um hiato ontológico desprovido de percepção, relação ou comunhão. Ainda que apresentada, por vezes, como tentativa de preservar a centralidade da ressurreição final, essa posição levanta questões teológicas significativas no campo da antropologia, da Cristologia e da escatologia (SOUZA, 2026b).

Do ponto de vista antropológico, a doutrina do sono da alma pressupõe uma dependência radical da alma em relação ao corpo, ou ao menos às funções corporais, para a manutenção da consciência. Tal pressuposto tenciona a compreensão clássica da alma como princípio vital distinto do corpo e levanta dificuldades quanto à continuidade da identidade pessoal após a morte. A pergunta que emerge não é apenas o que acontece depois da morte, mas quem permanece após a morte, e em que condições.

Além disso, o problema não se limita a uma curiosidade escatológica. A forma como se concebe o estado intermediário afeta diretamente a compreensão cris-

tã da morte como inimigo vencido em Cristo e como passagem para a comunhão com Deus. Uma doutrina que descreve a morte como entrada em um estado de inconsciência inevitavelmente altera o modo como se entende a esperança cristã, o consolo diante do sofrimento e a confiança na fidelidade divina além dos limites da vida terrena.

É nesse contexto que a doutrina do sono da alma deve ser avaliada não apenas em termos de coerência exegética, mas também à luz de suas implicações teológicas mais amplas. Ao reduzir o estado intermediário a um período de suspensão da consciência, tal doutrina desloca o eixo da esperança cristã exclusivamente para o futuro escatológico, enfraquecendo a dimensão de comunhão imediata com Deus que a tradição cristã, em diferentes momentos, reconheceu como parte integrante da esperança do crente (SOUZA, 2026c).

Essa problemática fornece o pano de fundo necessário para compreender a resposta de João Calvino à doutrina do sono da alma. Sua refutação não nasce de especulação metafísica, mas da convicção de que a negação da consciência da alma no estado intermediário compromete a coerência da fé cristã e obscurece o significado da morte à luz do Evangelho. Antes de examinar diretamente sua argumentação, torna-se necessário compreender o contexto teológico em que essa controvérsia ressurgiu e os motivos que levaram o reformador a tratá-la como questão de real importância doutrinária (SOUZA, 2026a).

A doutrina do Sono da alma e o contexto da refutação Calvinista

A retomada da doutrina do sono da alma no século XVI não pode ser compreendida isoladamente, mas deve ser situada no contexto mais amplo das controvérsias teológicas da Reforma. O questionamento reformado às doutrinas medievais do purgatório e das penas satisfatórias após a morte reabriu o debate sobre o estado intermediário, obrigando os reformadores a articularem de modo mais preciso o que ocorre à alma entre a morte e a ressurreição final. Nesse cenário, posições alternativas e, por vezes, extremas encontraram espaço para se desenvolver.

É nesse contexto que se insere a redação da Psychopannychia, uma das primeiras obras teológicas de João Calvino. Diferentemente das Institutas, o tratado não tem caráter sistemático abrangente, mas nasce de uma controvérsia concreta. Calvino escreve em resposta a grupos que, ao rejeitarem corretamente o purgatório, passaram a sustentar que a alma permaneceria em estado de inconsciência após a morte, até o dia da ressurreição. Para o reformador, tal solução não apenas falhava em corrigir os excessos medievais, como introduzia um erro ainda mais profundo (SOUZA, 2026a).

A importância da Psychopannychia reside precisamente no fato de que Calvino não trata a doutrina do sono da alma como opinião secundária ou especulação marginal. Ao contrário,

ele a identifica como uma distorção que afeta o coração da fé cristã. Sua preocupação não é apenas doutrinária, mas também pastoral: uma concepção equivocada da morte e do estado intermediário tem consequências diretas sobre a esperança do crente, o consolo diante do sofrimento e a compreensão da comunhão com Cristo.

Nesse sentido, o tratado revela um aspecto característico da teologia Calvinista: a recusa em separar rigor doutrinário e cuidado pastoral (SOUZA, 2026c). Para Calvino, erros antropológicos nunca permanecem confinados ao campo abstrato; cedo ou tarde, eles se manifestam na vida da Igreja. A doutrina do sono da alma, ao privar o crente da esperança de comunhão consciente com Cristo após a morte, reintroduz o temor e a incerteza justamente onde o Evangelho proclama descanso e confiança na fidelidade de Deus.

Além disso, a Psychopannychia antecipa temas que mais tarde seriam desenvolvidos de forma mais sistemática nas Institutas, especialmente no que diz respeito à distinção entre alma e corpo, à natureza da morte e à esperança escatológica. Ainda que escrita em um estágio inicial de sua produção teológica, a obra já manifesta a maturidade com que Calvino articula Escritura, teologia e vida cristã. O tratado não busca satisfazer curiosidade especulativa, mas defender a coerência interna da fé cristã à luz da revelação bíblica (SOUZA, 2026a).

Compreender esse contexto é essencial para avaliar correta-

mente a refutação Calvinista do sono da alma. A Psychopannychia não deve ser lida como reação exagerada a um erro periférico, mas como resposta consciente a uma doutrina que, se aceita, comprometeria a compreensão cristã da morte e enfraqueceria a esperança escatológica. É a partir dessa convicção que Calvino desenvolve sua argumentação bíblica e teológica, à qual nos voltamos nas seções seguintes (SOUZA, 2026a).

A distinção entre alma e corpo como pressuposto da refutação

A refutação da doutrina do sono da alma, tal como desenvolvida por João Calvino, repousa sobre um pressuposto antropológico fundamental: a distinção real entre alma e corpo na constituição do ser humano. Sem essa distinção, a própria noção de sobrevivência da alma após a morte torna-se ininteligível, e a controvérsia em torno do estado intermediário perde seu sentido teológico.

Calvino parte da convicção de que a Escritura apresenta o ser humano como uma unidade criada por Deus, na qual corpo e alma não se confundem nem se dissolvem um no outro. O corpo é a dimensão visível, sujeita à corrupção e à morte; a alma, por sua vez, é o princípio da vida e da identidade pessoal. Essa distinção não introduz fragmentação do ser humano, mas reconhece a diversidade de aspectos que compõem sua existência diante de Deus.

Nesse horizonte, a morte não pode ser compreendida como extinção da existência humana, mas como separação entre corpo e alma. O corpo retorna ao pó, conforme o testemunho bíblico, enquanto a alma permanece viva diante de Deus. Para Calvino, confundir essas categorias conduz inevitavelmente a erros teológicos graves, entre eles a suposição de que a alma depende do corpo, ou de suas funções, para subsistir de forma consciente (SOUZA, 2026a).

A linguagem bíblica que descreve os mortos como "adormecidos" deve, portanto, ser interpretada à luz dessa distinção. Calvino observa que tais expressões se referem à condição do corpo e à esperança da ressurreição, não ao estado ontológico da alma. O sono é imagem da aparência visível da morte e da expectativa do despertar final, não descrição da inexistência ou inconsciência da pessoa diante de Deus. Tomar essa linguagem de modo literal e absoluto equivale a ignorar o modo como a Escritura emprega imagens sensíveis para comunicar realidades espirituais (SOUZA, 2026a).

A ausência dessa distinção entre alma e corpo está, segundo Calvino, na raiz da doutrina do sono da alma. Ao reduzir a vida humana à corporeidade ou às funções vitais do corpo, essa doutrina acaba por dissolver a continuidade da identidade pessoal após a morte. O resultado não é apenas um equívoco terminológico, mas uma redefinição profunda do significado da morte, que passa a ser concebida como suspensão total da

existência consciente (SOUZA, 2026a).

Assim, a distinção entre alma e corpo não constitui detalhe especulativo na argumentação Calvinista, mas condição necessária para a coerência da fé cristã. É somente a partir desse pressuposto que se torna possível afirmar a sobrevivência da alma após a morte, compreender o estado intermediário e preservar a esperança cristã de forma inteligível. Sem essa distinção, a refutação do sono da alma perde seu fundamento e a própria doutrina da esperança escatológica se enfraquece (SOUZA, 2026a).

A Consciência da Alma no Estado Intermediário

A distinção entre alma e corpo, bem como a afirmação da sobrevivência da alma após a morte física, conduz inevitavelmente à questão decisiva do debate: a alma permanece consciente após a morte do corpo ou entra em um estado de inatividade? Para João Calvino, essa não é uma questão secundária, mas o ponto nevrálgico da controvérsia com os defensores da doutrina do sono da alma. Sua resposta é inequívoca: a alma humana, separada do corpo pela morte, permanece viva, consciente e dotada de percepção e entendimento (SOUZA, 2026a).

O Testemunho bíblico da consciência pós-morte

Calvino fundamenta sua posição, primeiramente, no teste-

munho direto das Escrituras. Textos como Lucas 23.43, Filipenses 1.23 e 2 Coríntios 5.1–8 ocupam lugar central em sua argumentação, pois afirmam explicitamente a continuidade consciente da existência humana após a morte (SOUZA, 2026a).

Na promessa feita ao ladrão arrependido — "Hoje estarás comigo no paraíso" (Lc 23.43). Calvino identifica um dos golpes mais decisivos contra a doutrina do sono da alma. A força da afirmação reside no advérbio temporal "hoje", que exclui qualquer hipótese de um intervalo inconsciente entre a morte e a comunhão com Cristo. Para o reformador, a tentativa de esvaziar essa declaração por meio de leituras evasivas constitui não apenas um erro exegético, mas uma violência contra o sentido natural da linguagem bíblica (SOUZA, 2026a).

Argumento semelhante é desenvolvido a partir de Filipenses 1.23, onde o apóstolo Paulo expressa o desejo de "partir e estar com Cristo". Calvino observa que tal linguagem seria incoerente se a alma, após a morte, permanecesse privada de consciência. O contraste estabelecido pelo apóstolo não é entre vida consciente e inconsciência, mas entre a existência terrena marcada por lutas e a comunhão imediata com Cristo após a morte. A morte, portanto, não é descrita como suspensão da existência pessoal, mas como transição para uma forma distinta de vida, ainda que provisória em relação à ressurreição final (SOUZA, 2026a).

De modo complementar, 2 Coríntios 5.1–8 reforça essa compreensão ao afirmar que, ao deixar o corpo, o crente passa a "habitar com o Senhor". Para Calvino, tal afirmação pressupõe necessariamente consciência, pois não se pode falar em habitação ou comunhão sem sujeito consciente. A Escritura, assim, não admite a ideia de uma alma adormecida ou inerte, mas apresenta a morte como separação do corpo e permanência da alma diante de Deus (SOUZA, 2026a).

A leitura Calvinista e a crítica às interpretações do sono da alma

A resposta de Calvino às objeções psicopaniquistas revela não apenas rigor exegético, mas também atenção cuidadosa à natureza da linguagem bíblica. Um dos erros centrais de seus oponentes, segundo ele, consiste em tornar absolutas algumas expressões que deveriam ser tomadas como metafóricas, como "sono" e "morte", sem considerar o contexto e o alcance semântico pretendido pelos autores inspirados.

Calvino reconhece que a Escritura frequentemente descreve os mortos como "adormecidos", mas insiste que tal linguagem se refere à aparência externa do corpo, não ao estado da alma. O uso da metáfora do sono visa comunicar a transitoriedade da morte corporal e a certeza da ressurreição, não a suspensão da consciência pessoal. Confundir essas categorias equivale, para o reformador, a dissolver a distinção fundamental entre o visível

e o invisível, entre o corpo terreno e a alma espiritual.

Outro aspecto central da leitura Calvinista é o princípio da acomodação divina. Calvino afirma que Deus se comunica com os seres humanos adaptando-se às suas limitações cognitivas e linguísticas. Assim, quando a Escritura utiliza imagens sensoriais para descrever realidades espirituais, não pretende oferecer descrições ontológicas exaustivas, mas comunicar verdades reais de modo acessível. Ignorar esse princípio conduz a leituras literalistas que distorcem o ensino bíblico e produzem conclusões teologicamente insustentáveis (SOUZA, 2026a).

Por fim, Calvino observa que a negação da consciência da alma após a morte implica consequências Cristológicas graves. Se a alma do homem, ao separar-se do corpo, entra em estado de inconsciência, então seria necessário afirmar o mesmo a respeito da alma de Cristo em sua morte. Tal conclusão é, para o reformador, não apenas absurda, mas profundamente ofensiva à fé cristã, pois compromete a integridade da obra redentora de Cristo e a esperança que dela decorre (SOUZA, 2026c).

Dessa forma, a afirmação da consciência da alma no estado intermediário não surge, no pensamento de Calvino, como especulação filosófica ou curiosidade escatológica, mas como consequência necessária de uma leitura coerente das Escrituras. Negá-la significa romper a harmonia entre antropologia, Cristologia e escatologia, substituindo a esperança bíblica por

uma concepção empobrecida e pastoralmente nociva da morte (SOUZA, 2026a).

A Consciência da Alma como Fundamento da Esperança Cristã

A defesa Calvinista da consciência da alma no estado intermediário não se limita a uma correção exegética ou a um ajuste conceitual da antropologia cristã (SOUZA, 2026b). Para João Calvino, trata-se de uma doutrina intimamente ligada à esperança cristã diante da morte e à integridade da fé evangélica. Negar a consciência da alma após a morte do corpo não apenas distorce o ensino bíblico, mas produz consequências Cristológicas, escatológicas e pastorais que comprometem o consolo oferecido pelo Evangelho (SOUZA, 2026d).

Implicações Cristológicas da consciência da alma após a morte

Calvino insiste que qualquer doutrina sobre o estado da alma após a morte deve ser coerente com a Cristologia. A morte de Cristo, compreendida como separação real entre alma e corpo, fornece o paradigma normativo para a compreensão da morte dos crentes. Se a alma humana, ao separar-se do corpo, entrasse em estado de inconsciência, seria necessário admitir o mesmo em relação à alma de Cristo durante o período entre sua morte e ressurreição. Tal conclusão, segundo Calvino, é inaceitável, pois compromete a

plena realidade da encarnação e a integridade da obra redentora.

A consciência da alma de Cristo após a morte não é um detalhe especulativo, mas uma consequência necessária da afirmação de que o Filho eterno assumiu verdadeira natureza humana. Ao encomendar sua alma ao Pai, Cristo não entrega um princípio vital inerte, mas uma alma viva, consciente e plenamente confiada à fidelidade divina. Dessa forma, a experiência de Cristo na morte torna-se fundamento seguro para a esperança do crente, cuja alma, unida a Cristo, não pode ser reduzida a um estado de inexistência consciente (SOUZA, 2026c).

Implicações escatológicas e pastorais

No âmbito escatológico, Calvino enfatiza que a consciência da alma no estado intermediário preserva a tensão bíblica entre o "já" e o "ainda não". A comunhão consciente com Cristo após a morte não representa a consumação final da bem-aventurança, esta aguarda a ressurreição do corpo e o retorno a unidade, mas constitui uma antecipação real e consoladora da glória futura. Assim, evita-se tanto o erro de uma escatologia excessivamente realizada quanto a negação de qualquer forma de vida consciente antes da ressurreição final (SOUZA, 2026a).

Do ponto de vista pastoral, as implicações são igualmente significativas. Para Calvino, a doutrina do sono da alma "destrói a esperança" porque priva o crente do consolo imediato ofe-

recido pela promessa de comunhão com Cristo após a morte (SOUZA, 2026c). Em lugar de uma transição confiante para a presença do Senhor, tal doutrina introduz uma suspensão indefinida da consciência pessoal, esvaziando o significado cristão da morte e reacendendo o terror diante do último inimigo.

A distinção entre o destino do cristão e do réprobo também depende dessa consciência pós-morte. Enquanto o crente, ao morrer, entra em descanso consciente na presença de Deus, o réprobo experimenta, igualmente de forma consciente, o início de seu estado de punição. Em ambos os casos, a morte não representa neutralidade ou suspensão, mas a continuidade pessoal da existência humana sob juízo ou graça. A consciência da alma, portanto, garante a seriedade da responsabilidade moral e a coerência do juízo divino.

Desse modo, a doutrina defendida por Calvino não nasce de curiosidade escatológica, mas de preocupação pastoral concreta. Preservar a consciência da alma no estado intermediário significa preservar a coragem cristã diante da morte, a firmeza da esperança escatológica e a integridade da confiança no cuidado soberano de Deus. Negá-la, ao contrário, implica enfraquecer o testemunho cristão justamente no ponto em que a fé é mais severamente provada (SOUZA, 2026a).

Considerações Finais

A análise da Psychopannychia demonstra que a refutação do

sono da alma ocupa lugar significativo no pensamento teológico de João Calvino e não pode ser tratada como um episódio marginal de sua produção. Longe de se limitar a uma controvérsia circunstancial, o tratado revela uma preocupação profunda com a coerência da antropologia cristã, a integridade da Cristologia e a preservação da esperança escatológica do crente diante da morte (SOUZA, 2026b).

Ao longo deste artigo, procurou-se demonstrar que, para Calvino, a doutrina do sono da alma não representa apenas um erro exegético pontual, mas uma distorção teológica capaz de comprometer a unidade interna da fé cristã. A negação da consciência da alma após a morte do corpo exige pressupostos antropológicos incompatíveis com o testemunho das Escrituras e conduz, inevitavelmente, a implicações Cristológicas problemáticas, sobretudo no que diz respeito à morte de Cristo e à esperança daqueles que nele estão unidos (SOUZA, 2026c).

A argumentação Calvinista, fundamentada em passagens bíblicas centrais como Lucas 23.43, Filipenses 1.23 e 2 Coríntios 5.1–8 ou Apocalipse 6.9-11, afirma de modo consistente que a morte deve ser compreendida como separação entre alma e corpo, e não como suspensão da existência consciente. A alma, separada do corpo, permanece viva, consciente e em comunhão real com Deus, ainda que a plenitude da bem-aventurança aguarde a ressurreição final e o retorno a unidade corpo-alma. Essa compreen-

são preserva a tensão escatológica bíblica entre a antecipação da glória e sua consumação futura.

Do ponto de vista pastoral, torna-se evidente que a consciência da alma no estado intermediário exerce papel decisivo na consolação cristã diante da morte. Para Calvino, privar o crente da esperança de comunhão consciente com Cristo após a morte equivale a enfraquecer o testemunho do Evangelho no momento em que ele é mais necessário. A doutrina do sono da alma, nesse sentido, não apenas obscurece o ensino bíblico, mas reintroduz o temor e a incerteza justamente onde a fé cristã proclama descanso, esperança e confiança na fidelidade divina.

Conclui-se, portanto, que a refutação Calvinista do sono da alma permanece teologicamente relevante e pastoralmente necessária. Ao recuperar a consciência da alma no estado intermediário, Calvino oferece uma formulação doutrinária que preserva a coerência da fé cristã e

reafirma a esperança escatológica como elemento vital da vida cristã. Em um contexto contemporâneo no qual concepções reducionistas da morte continuam a circular no meio eclesiástico, revisitar essa reflexão não constitui mero exercício histórico, mas contribuição significativa para a teologia e para o cuidado pastoral da Igreja.

RESUMO

O presente artigo analisa a refutação da doutrina do sono da alma desenvolvida por João Calvino em seu tratado *Psychopannychia*, situando-a no contexto das controvérsias teológicas da Reforma do século XVI. Sustenta-se que, para Calvino, a negação da consciência da alma após a morte não constitui um erro secundário, mas uma distorção profunda da antropologia bíblica, com implicações diretas para a Cristologia, a escatologia e a esperança cristã diante da morte. A partir de uma análise teológica e exegética das passagens bíblicas mobilizadas pelo reformador, o estudo demonstra que a consciência da alma no estado intermediário é elemento necessário à coerência da fé cristã e ao consolo pastoral oferecido pelo Evangelho. Conclui-se que a posição Calvinista permanece teologicamente relevante e pastoralmente significativa no contexto contemporâneo, especialmente diante da recorrência de concepções reducionistas sobre a morte no meio eclesiástico.

Palavras-chave: Estado intermediário; Escatologia; Sono da alma; Penas Eternas; Inferno; João Calvino; Esperança cristã.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

CALVINO, João. *Institutas da Religião Cristã*. Tradução de Waldyr Carvalho Luz. 4. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. 2 v.

CALVINO, João. Psychopannychia. Disponível em: https://opulpito.com.br/estudos-expositivos/artigos/psychopannychia-joao-calvino/ . Tradução e Comentário Exegético de Fabiano Queiroz de Souza. Acesso em: 18 jun. 2026a.

SOUZA, Fabiano Queiroz. Alma e Corpo na Antropologia Teológica Reformada. Disponível em: https://opulpito.com.br/psychopannychia-alma-corpo-antropologia-reformada/. Acesso em: 18 jun. 2026b.

SOUZA, Fabiano Queiroz. Esperança Cristã e Consolo Pastoral Diante da Morte. Disponível em: https://opulpito.com.br/psychopannychia-esperanca-diante-da-morte/ Acesso em: 18 jun. 2026c.

SOUZA, Fabiano Queiroz. Teologia: Doutrinas Essenciais para Pregadores do Evangelho: As doutrinas que todo pregador precisa dominar para pregar com fidelidade. Curitiba: OPulpito, 2026b.